

Moção 77

O Interior não pode esperar

Por um LIVRE enraizado no interior e por políticas que combatam a desigualdade territorial.

1. Um país partido ao meio

Portugal tem dois territórios. Um litoral que concentra investimento e poder de decisão; e um interior que se esvazia — de pessoas, de serviços e de futuro. O paradoxo é flagrante: o interior é extraordinariamente rico em recursos naturais, agrícolas, mineiros e energéticos. O que falta não são recursos — é uma política que permita ao interior fazer uso deles.

Demasiadas vezes os lucros da exploração do nosso solo e subsolo são devidos ao capital estrangeiro, sem contrapartida suficiente para quem aqui vive e trabalha. Esta é uma questão de soberania económica e de justiça territorial que o LIVRE não pode ignorar. Esta moção é um compromisso conjunto de membros do LIVRE do interior de todo o país, que defendem que a coesão territorial é inseparável da liberdade, da igualdade social e da ecologia.

2. Despovoamento e fixação de população

Os incentivos fiscais existentes (IRS, IRC, IMI, derrama) têm revelado eficácia limitada. O LIVRE deve propor medidas genuinamente novas que abordem os fatores estruturais: falta de serviços, ausência de emprego qualificado e défice de infraestruturas. Defendemos ainda:

- Programas de atração de teletrabalho;
- Programa nacional de apoio à reabilitação de casas devolutas e criação de cooperativas de habitação adaptadas ao interior;
- Valorização das culturas e línguas regionais como fatores de coesão e atratividade territorial.

3. Serviços públicos: saúde, educação e transportes

- Reforço das USF, unidades móveis de saúde e incentivos à fixação de profissionais de saúde em zonas carenciadas;
- Não encerramento de escolas sem alternativas validadas pelas comunidades; requalificação do parque escolar e incentivos à fixação de profissionais da educação;
- As redes intermunicipais de transporte são insuficientes — o LIVRE compromete-se a aprofundar as causas e a propor soluções concretas para garantir mobilidade a quem não tem automóvel e a promover a transição verde para veículos elétricos;
- Internet de alta velocidade como serviço público essencial, com cobertura universal.

4. Economia, emprego e soberania produtiva

- Apoio ao cooperativismo e à economia social como motores de desenvolvimento endógeno;
- Valorização dos produtos do interior através de circuitos curtos e denominações de origem;
- Infraestruturas para empresas exportadoras: lotes industriais a custos competitivos e ligações ferroviárias eficientes aos portos nacionais (Sines, Setúbal, Leixões, Figueira da Foz, Viana do Castelo);

- Tarifas energéticas competitivas no interior, aproveitando o potencial de geração renovável local;
- Defesa do Setor Empresarial do Estado como agente ativo de desenvolvimento onde o mercado não responde;
- Revisão dos critérios do PT2030 para acesso equitativo e desburocratizado pelos municípios do interior.

5. Ambiente, floresta, agricultura e soberania sobre os recursos

- Apoio à agricultura ecológica e regenerativa. Fim faseado da agricultura superintensiva nas formas mais predatórias, com obrigação de regeneração dos solos onde a transição não for imediata;
- Política florestal que privilegie espécies autóctones (sobreiro, azinheira, carvalho) em detrimento de monoculturas de alto risco;
- Gestão pública e sustentável dos recursos hídricos, com prioridade ao abastecimento das populações;
- Energias renováveis com benefício direto para as comunidades locais através de cooperativas de energia;
- Exploração dos recursos do subsolo com contrapartidas justas para o território: aumentar encargos de exploração, impostos locais e obrigações de investimento regional.

6. O LIVRE no interior: presença e ação política

- Pelo menos uma atividade política por trimestre em cada região do interior, com a presença de membros do Grupo de Contacto ou deputados;
- Investimento na criação e consolidação de núcleos territoriais no interior, com apoio logístico, nomeadamente na criação de materiais de divulgação adaptados às questões do interior, e também com apoio formativo, como por exemplo formações ao abrigo do protocolo com o Instituto José Tengarrinha que permitam participação online de modo que as pessoas do interior do país possam participar e estar mais perto do Partido;
- Inclusão de um capítulo no programa do partido exclusivamente dedicado ao interior;
- Criação de uma rede LIVRE para o interior, que articule NTs, autarcas, movimentos locais, associações e especialistas. Promovendo partilha de conhecimento, capacitação, formação e ação política coordenada. Esta rede pode funcionar como plataforma permanente de diagnóstico, proposta e acompanhamento de políticas públicas para a coesão territorial, garantindo uma presença enraizada, informada e eficaz do LIVRE em todo o interior do país.

Um Portugal mais livre, mais justo e mais verde não pode ser um Portugal mais desigual. O interior tem história, identidade, recursos e pessoas que merecem ter o LIVRE ao seu lado. Esta moção é um compromisso coletivo: o LIVRE não abandona quem vive longe do centro — o centro da nossa ação política é toda a gente, onde quer que viva. Não largamos a mão de ninguém.

Viva o LIVRE. Viva o interior de Portugal!

Proponentes

- Manuel Muacho
- Gabriela Alonso
- Joana Alves Pereira
- Fausto Fialho
- Isabel Faria
- Rodrigo Teixeira
- Virgílio Bernardino
- Ana Martins
- Glória Franco
- Sílvia Pais
- Duarte Reis
- Rita Pedro

- João Ramos
- Mila Simões de Abreu
- Anabela Correia
- Luís Ramalho
- António Crespi